



## **Lógicas e rotinas: a construção do agir narrativo no jornalismo<sup>1</sup>**

Mariana BANJA Bezerra Correia<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo abordar a narratividade no discurso do jornalismo, debruçando-se sobre a lógica, rotina e construção dos enunciados. Ao entendê-la como o meio pelo qual os fatos tornam-se acontecimentos, vindo a público e sendo problematizado no cotidiano, também buscamos refletir sobre a influência da objetividade e da imparcialidade no trabalho dos jornalistas. Trazemos à luz a ainda experiência moderna do ato narrativo no jornalismo, que vai de encontro ao diálogo e à polifonia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; narrativa; narração

### **TEXTO DO TRABALHO**

#### **Do ato de narrar**

As definições para narrativa são diversas, inumeráveis, segundo Roland Barthes (1976). Ela está presente em todos os tempos, sendo seu início simultâneo ao da história da humanidade. Estrutura-se pela linguagem articulada, escrita ou oral, pela imagem, móvel ou fixa, pelo gesto ou pela mistura coerente de todos esses elementos. Está presente em várias formas de relatos – mito, lenda, fábula, conto, novela, pintura, vitral, cinema, comédia, drama, histórias em quadrinhos, *fait divers*, conversação e, claro, nas notícias.

A compreensão da narrativa, independentemente do seu gênero, passa pelo reconhecimento dos estágios de projeção de encadeamentos. Esse entendimento acontece ao se estruturar uma gramática comum, de modo a desvendar o seu discurso. O escopo básico para a clareza são os códigos, a estrutura formal, constituída por um feixe de categorias semânticas redundantes, organizadas em um sistema próprio. No entanto, todos esses elementos devem interagir em harmonia com a gramática cultural, para que o discurso da mensagem seja transmitido. Uma vez funcionando compassadamente, a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

<sup>2</sup> Jornalista graduada pela Universidade Católica de Pernambuco em 2008.2, email: marianabanja@gmail.com



narrativa se estabelece, dando conta do universo mitológico – ancestral ao sujeito e ao receptor – e fazendo correlações entre as manifestações do presente histórico.

As narrativas se constituem, portanto, como forma de representação social, devendo ser entendidas como o caminho por onde o discurso é revelado ao mundo exterior do narrador. Por discurso, tem-se um relato atestado pela linguagem, que designa como qualquer outro sistema semiótico. A característica fundamental dos discursos é a heterogeneidade justamente do ponto de vista semiológico. “Todo discurso admite uma pluralidade de interpretações homogêneas, podendo-se, pois, afirmar que são constituídos pela imbricação de diversas mensagens” (PINTO, 1972, p. 10).

Como condição, vale dizer, que a narrativa pede a presença de, no mínimo, dois sujeitos. Há um narrador e um destinatário para a mensagem. Deve-se procurar entender como os signos do narrador são decodificados pelo leitor/ ouvinte/ telespectador. O esclarecimento dos signos vai depender da perspectiva em que se encontra o sujeito narrador da história.

### **Jornalismo como narrativa**

Se levarmos em consideração que o jornalismo é uma das possibilidades de reconstrução discursiva do mundo, devemos admiti-lo enquanto forma narrativa. Um fato só é narrado quando todas as outras etapas do processo de produção (apuração, construção de personagens, movimentação de equipes, elaboração do texto, edição) obtiverem êxito. Assim, após passar por todas as fases que a (re)validaram como acontecimento relevante a ser noticiado, a narrativa consolida o acontecimento, tornando-o objeto público. A mediação entre o campo dos media e a sociedade ocorre feita na e através da narrativa, segundo Resende (2004).

A narração, então, é a forma de escoamento do conteúdo jornalístico. Se a notícia boa é a que vai ao ar, que é publicada, ela é aquela que, antes de tudo, pode ser narrada. A experiência narrativa dos episódios da vida não se faz só como uma das principais tarefas do jornalismo, ela é a principal.

Quando assume o posto de discurso, a narrativa reconstrói um outro mundo em um texto, unidade pela qual o jornalista se comunica com o exterior e dentro do qual ele



deixa marcas de si enquanto sujeito. O jornalista constrói um discurso a partir de um ponto de vista único, moldado em experiências e posições. É evidente que este discurso se edifica “através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) lingüísticas e extralingüísticas para realizar certas intenções e objetivos” (MOTTA, 2007, p. 144), embora o texto jornalístico se assemelhe às expressões descritivas e objetivas da realidade, deixando para o receptor a possibilidade/missão de reconstituir representações. Tudo isso para que a verdade dos fatos não seja questionada.

Essa conduta que ganha corpo no rigor da forma, no uso de fontes, no tratamento das personagens, na linguagem, parece ser necessária para que o enunciado informativo atinja sua finalidade instrumental, a do ato exclusivo de comunicar um dado. Por sua vez, é importante colocar que o relato literário não pode ser comparado aqui, pois não se dirige especificamente a nenhum sujeito e está, sobretudo, diluído no tempo.

Especificamente, a noção temporal que recai sobre a *práxis* jornalística é um dos nortes para o entendimento da estrutura narrativa da notícia. Ao passo que se coloca como o narrador da história do presente, o jornalista assume compromisso com a atualidade, a contemporaneidade, a recenticidade e a instantaneidade. É sobre este paradigma que, para Gonzaga Motta, situam-se importantes problemáticas de tal de enunciação. Entende-se que a

força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura (MOTTA, 2004, p. 11).

### **Narrativa jornalística: mitos, registros e estórias**

O termo *estórias* é utilizado, no léxico profissional do jornalista, para fazer referência às notícias. É comum ouvir dentro de uma redação “precisamos de uma boa *estória*; esta é uma excelente *estória*; este personagem rende uma *estória*”. O relato dos acontecimentos noticiosos como *estória* acontece toda vez que o jornalista se vê na



obrigação – ou por que não no exercício diário - de contar algo de forma atraente, que desperte a atenção do público.

As *estórias* como narrativas são produzidas a partir de valores culturais, afinal “um acontecimento só *faz sentido* se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais” (HALL, 1999, p. 266). Um evento, quando posto sob o signo do discurso, é formatado segundo as regras formais daquela linguagem para assim produzir significado.

Para que tenha “efeito”, a mensagem precisa satisfazer a necessidade dos instrumentos *codificadores* e *decodificadores*, inerentes ao aparato simbólico pré-existente. O (re)estabelecimento de significados só será possível no momento em que os códigos produzirem uma mensagem e que esta, por sua vez, desemboque na estrutura das práticas sociais pela via da decodificação. Exclusivamente por serem uma forma de representação cultural, as notícias acabam por transcender as funções tradicionais de informar e explicar e contribuem para um sistema simbólico duradouro.

Ligadas aos modos de agir e pensar de determinada cultura e buscando explicar os principais acontecimentos da vida, as *news stories*, mesmo quando informam ou entretêm, aproximam-se das narrativas míticas. O mito, enquanto sistema de comunicação, esclarece fenômenos e fornece respostas aceitáveis. As notícias funcionam de forma semelhante. O signo, o significante e o significado nestas narrativas tendem a naturalizar as visões de mundo, trabalhando como um protótipo de e para um *status quo*.

As reproduções míticas de um acontecimento apresentam o significante exaurido do signo, deixando o significado ausente de representação. Essa dimensão do mito acontece quando o discurso é desprovido de sentido, quando a dimensão dos fatos não é necessariamente negada, mas não esposada com clareza. A constatação pela constatação, que remete ao fato das coisas significarem por elas sós, aniquila qualquer perspectiva de complexidade da vida humana. A estrutura do mito nas narrativas jornalísticas acaba, então, por distanciar o acontecimento do seu tempo histórico. O noticiário, que faz referências aos valores, *re-definindo* tradições e crenças, oferta respostas “que explicam fenômenos desconcertantes ou aterrorizantes e que, ao mesmo tempo, fornecem respostas aceitáveis” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 264).



Para Barthes, o mito tem uma dupla função, a de designar e notificar, e fazer compreender e impor. “O mito possui um caráter imperativo, interpelatório: tendo surgido de um conceito histórico, vindo diretamente da contingência (...) É que o mito é uma fala roubada e restituída” (BARTHES, 2003, p. 145-146). Funciona como uma informação absoluta, reproduzida sem nenhum questionamento do seu sentido. “O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação” (BARTHES, 2003, p. 164).

Denominamos de *registros* as narrativas jornalísticas que se constituem como elemento remitificador da realidade. Eles podem ser assimilados pelos relatos das rotinas, elaboradas em estilo conciso e utilizando a fórmula da pirâmide invertida. São objeto deste tipo de relato os acidentes, os crimes, assuntos do governo local, se diferenciando das *estórias* pela estrutura narrativa. Por se limitarem a realidade objetiva, podem ser considerados determinantes no processo mitológico. “Os registros não são *estórias*, mas são ainda vitais narrativas reparadoras do mito” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 270).

É importante frisar que também é possível que as *estórias* ajam como instrumento propagador de mitos. O que entendemos, e assim precisamos deixar claro, é que, muito mais que o *registro*, a *estória*, enquanto estrutura mais complexa e evoluída na perspectiva da narratividade, tem a possibilidade de transcender a mera reprodução do cotidiano e suas nuances. É assim que pensamos o termo.

O jornalista contador de *estória*, portanto, tem seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelas audiências e, assim como os mitos, “não contam as coisas como são, mas contam as coisas segundo o seu significado” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 267). O fato, no entanto, de colocar o jornalista como anunciador de *estórias* não suprime a importância dos relatos nem os tornam fictícios.

Nenhum repórter apenas apresenta os fatos. Repórteres constroem *estórias*, e construir não é fingir, nem mentir, embora não seja também um processo de registro mecânico, passivo. É um processo que não pode ser feito sem imaginação (SCHUDSON, 1995, p. 96 apud COUTINHO, 2005).

Vale ressaltar que as notícias, conforme salienta Gaye Tuchman, possuem validade interna. “Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade



sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo a nossa frente” (TUCHMAN, 1999, p. 262).

Os dispositivos estruturais das narrativas surgem como métodos de transmitir as informações de modo preciso e eficaz, justamente para reforçar a ideia de realidade. Um ponto em questão é a diferenciação que os jornalistas fazem entre as chamadas *hard* e *soft news*. Os termos, que significam, respectivamente, algo importante e algo interessante, apresentam-se inseridos em modelo tradicional, pois olham para a realidade dicotomicamente. Segundo Bird e Dardenne (1999, p. 265), tais conceitos impedem “de ver as notícias como um corpo unificado que exhibe temas e padrões claros que pouco têm a ver com tais divisões”. Às notícias *hard*, por sua vez, também é atribuída a ilusão de que, por serem informativas e factuais, são neutras, estando mais próximas do relato fiel da realidade.

Sobre o tema, Charaudeau (2006) acrescenta que toda narrativa se fundamenta não na simples lógica dos fatos. Ela é intencional e construída em torno de diferentes questões como “a da origem (por que as coisas são assim?), a da finalidade (para onde vão as coisas?) e a do lugar do homem no universo (por que eu sou assim no meio dessas coisas?)” (CHARAUDEAU, 2006. p. 154).

Nesse sentido, a narrativa no campo jornalístico assume relatos bifrontes. A primeira desabrocha no acontecimento bruto, que rompe na imediatez dos fatos cotidianos, paralelamente à narrativa (*narratividade de simultaneidade*). Na segunda, por seu turno, o acontecimento antes bruto se desmaterializa na dimensão *mnésica* do discurso midiático. O fato é, então, produzido (*narrativa de reconstituição*).

No tocante à *narrativa de simultaneidade*, assinalamos os acontecimentos que são relatados no mesmo instante em que ocorrem. Estão atrelados ao tempo do surgimento e ao tempo da transmissão do que será reportado. Para tais enunciados, espera-se que as instâncias midiáticas, que só podem ser televisão ou rádio, utilizem determinados parâmetros. Um deles é a *descrição* que, segundo Charaudeau (2006), assegura a sequência no desenrolar do acontecimento. Um segundo elemento é a *explicação* (diegetizada), que diz que a narrativa simultânea deve elucidar o que acontece no presente através do que ocorreu antes. Por fim, as *apreciações*, porque, para manter a captação, o narrador deve mostrar suas emoções. “Estas, fingidas ou sinceras, destinam-



se a dramatizar a narrativa e incitar o telespectador ou o ouvinte a compartilhar entusiasmo, indignação ou sonho” (CHARAUDEAU, 2006, p. 157-158).

Nessa categoria narrativa, os fatos são enquadrados (*frames*) quase no mesmo instante em que são tornados “reais”. Essas notícias factuais, ou *hard news*, pressupõem uma das características básicas do jornalismo: a de ver, estar onde o fato está, no menor intervalo de tempo possível. Um incêndio, que tem início por volta das sete da manhã, em prédio público, no centro da cidade, é ótimo exemplo de *narrativa de simultaneidade*. A informação chega à redação por meio de pessoas que estão próximas ao ocorrido e é, em seguida, confirmada pela assessoria do Corpo de Bombeiros, que assume o discurso oficial (potencial noticioso) de que aproximadamente cento e cinquenta funcionários trabalham no lugar, e o fogo é considerado de grandes proporções. De imediato, a chefia de reportagem reorganiza as pautas do dia. Uma equipe é deslocada para fazer a cobertura do fato. Cria-se, portanto, a rotina do imediato.

Uma extensão deste exemplo seria pensar este mesmo acontecimento sendo coberto em tempo real por uma emissora de televisão ou rádio. Em função da grandiosidade do incêndio, ordena-se que seja feita uma transmissão ao vivo do local. Com isso, o fato não só será descrito e explicado, mas, sobretudo, tornado visível, público. A transmissão direta potencializa a dimensão do senso de realidade, com todas as suas emoções e dramas.

As *narrativas de reconstituição*, por sua vez, correspondem às reportagens veiculadas depois do fato com comentário não-simultâneo. Desse modo, o jornalista aproxima-se de um enunciator, com uma narrativa de ficção, pois o texto, relacionado ao acontecimento pretérito, exige dele trabalho de montagem e roteirização.

Aqui se utiliza o princípio da colagem que admitirá a reconstituição do fato com novos elementos e/ou análises. Essa narrativa, que necessariamente olha para trás e para frente, tem como variantes: *introduzir uma abertura* mais ou menos dramatizante, de diferentes maneiras, apresentando resultado espantoso ou insólito; *tentar reconstituir* os acontecimentos segundo princípio de coerência que corresponda a uma lógica de encadeamento mais próxima da experiência ingênua, possivelmente a ordem cronológica; *desenvolver um comentário explicativo* inserido na reconstituição ou após, para tentar explicar, como na narrativa simultânea, o porquê e o como dos fatos,



recuperando o desenrolar dos acontecimentos, ou desvendando as intenções dos responsáveis por esses fatos; por fim, o narrador, *deve fechar* o relato.

Deve ficar claro que a finalização do relato não condiz com o fim do acontecimento. Pelo contrário, o fechamento, na maioria dos casos, dificilmente é apresentado dessa forma, uma vez que o discurso de informação midiática nunca está conclusivo.

Assim sendo, o fechamento caracteriza-se, geralmente, por um novo questionamento que reabre a narrativa sob novas perspectivas: não raro, re-dramatiza o acontecimento sugerindo um novo encadeamento dos fatos, marcados pela fatalidade (o efeito folhetim); interpela o leitor-telespectador, sob a aparência de uma indagação moralizante feita pelo narrador (...); põe em causa, de uma forma paradoxal, uma consequência mais ou menos previsível (...) (CHARADEAU, 2006, p. 159-160).

A *narrativa de reconstituição* do caso utilizado seria, por exemplo, uma matéria, no dia seguinte, falando sobre os prejuízos que a vizinhança teve com o acidente, atualizando o estado de saúde dos que foram socorridos para os hospitais.

De igual maneira, podem ser classificadas as matérias produzidas, que não necessariamente precisam atualizar, repercutir, desdobrar um acontecimento. As produzidas estão livres e dissociadas das exigências do tempo. Nelas, na maioria das vezes, surge o espaço para trabalhar temas de comportamento e personagens. As temáticas, no entanto, nunca estão totalmente desvinculadas do interesse público, apesar de terem, na maioria das vezes, perfil *soft*, inclinado à percepção do curioso, do inusitado.

### **Criação de acontecimentos**

Outro ponto de análise fundamental à da problemática das *narrativas de reconstituição* é sobre o movimento de *promoção* (MOLOTCH; LESTER, 1999) dos acontecimentos, pois - por meio dele - é possível ampliar as noções de como são produzidas tais narrativas. Ao se pensar as notícias como um procedimento intencional, compreendemos que, diariamente, atores, os *news promoters* (os promotores de notícia), tipificação que engloba os relações públicas, assessores de imprensa, secretários, entre outros, através do uso estratégico de dispositivos de acesso, buscam tornar um fato uma ocorrência pública. Essa *promoção* de acontecimentos, direcionada aos *news assemblers*, profissionais do campo jornalístico (jornalistas, editores, chefes de





reportagem e redação), que participam da elaboração das notícias, pode ser direta, grosseira e óbvia.

Todos os dias são realizados um sem-número de actividades tendo em vista a criação de acontecimentos de rotina. Mas essas intenções devem complementar o trabalho feito pelos *news assemblers*, se o resultado for um acontecimento público. O sucesso de um potencial acontecimento de rotina é, por isso, contingente na definição de uma ocorrência como *estória* feita pelos *news assemblers*. Por outras palavras, aqueles que procuram acontecimentos públicos através da promoção das suas actividades (ocorrências) devem ter acesso a essa segunda fase de criação do acontecimento (MOLOTCH; LESTER, 1999, p. 43).

Os rituais de acesso, por sua vez, estão subdivididos em três categorias de rotina. A primeira delas consiste no *acesso habitual* de alguns promotores aos *news assemblers*. As fontes representativas de autoridades políticas e administrativas, por exemplo, têm mais acesso aos jornalistas. Elas ofertam acontecimentos que naturalmente se apresentam como *necessidade* para os jornalistas. O acesso de rotina se configura como uma das importantes fontes das relações existentes de poder e se realimenta, se restabelece, cotidianamente, a cada contato ou notícia publicada. “Este poder é tanto um resultado do *acesso habitual* como uma causa contínua desse acesso” (MOLOTCH; LESTER, 1999, p. 44).

Aqueles promotores pouco poderosos que surgem com o intuito de criar acontecimentos próprios, pelo fato de precisarem ter acesso à produção de acontecimentos, usam do dispositivo da *disrupção*. Como não estão no grupo de promotores com maior noticiabilidade, buscam, nas ocorrências *anti-rotina*, o acesso de que precisam. O *acesso disruptivo*, portanto, constrói a notícia pelo conflito, enfretamento, agitação, e só por isso as suas ocorrências podem se tornar notícia. Vale dizer, entretanto, que o noticiamento de um ato disruptivo, ao passo que só é mostrado porque é um incômodo para os relativamente poderosos, esbarra nele mesmo. O mecanismo que garante sua publicação também aponta para o seu veto. Os *news assemblers* entendem que “a própria reportagem da ocorrência pode vir a ser vista como agente provocador da criação de mais ocorrências do mesmo gênero” (MOLOTCH; LESTER, p. 45).

Os jornalistas, assim, optam por não repercutir tais acontecimentos, evitando o efeito de contágio e o desencadeamento de uma ação em massa. Tanto nas edições de mídias impressas, como nas de radiodifusoras, dificilmente se encontra o relato de suicídios,



protestos, seqüestros. Na maioria das redações, o banimento desses assuntos está disposto em manuais, nos regimentos internos.

Em terceiro, há o *acesso direto*, fruto do empenho dos *news assemblers* em contar *estórias*. Aqui, os *news promoters* e *news assemblers* são os mesmos. Como produto, têm-se os relatos provenientes da busca intencional do jornalista em detectar peculiaridades de um acontecimento. É uma produção baseada em trabalhos de investigação, que vão além daquilo relatado pela objetividade.

Como é possível verificar, os movimentos de *simultaneidade* e *reconstituição* fazem parte de uma gramática cultural do jornalista, em que se esboçam e se definem os modos de construção da narrativa. Esse modelo simbólico é alicerçado nos conceitos de objetividade e visa garantir o retrato fiel da realidade. Dinâmico, ele se alteraria à medida que a cultura se modifica.

### **Narração como ato ainda moderno**

O ato de narrar jornalisticamente os fatos constitui-se como problemática, justamente porque cabe às narrativas tecer os saberes acerca do mundo e, por conseguinte, estabelecer outros a partir delas. Tendo a clareza de que têm como objetivo ampliar horizontes de experiências, as maneiras de narrar o mundo devem se distanciar da produção de relatos atrofiados ou monológicos. Sobre isso, surge a necessidade de estudarmos como, nas narrativas contemporâneas, são reconfigurados os lugares e os papéis do narrador.

Guiando suas *estórias* pelo ritual da imparcialidade de quem relata o fato, o jornalista obriga-se a se retirar da condição de autor. Dessa forma, o jornalista contador de *estórias* se faz invisível. Buscar a verdade significa distanciar-se dela, estabelecendo uma espécie de fosso que sugere que os fatos não são contados por alguém; eles seriam narrados por si só.

O distanciamento da autoria do texto, dito como imprescindível para os jornalistas, tem a ver, segundo Benjamin (1983), com os primórdios do gênero de romance. Até tal momento, o ato de narrar era entendido pela teoria literária como aquele mediado por



um narrador que cumpria a função de relacionar as experiências de quem narra, aconselhando outrem. Ao ato de narrar era depositada uma dimensão utilitária e com o romance, a narrativa se esvaiu, porque perdeu a capacidade do registro interpessoal. “O papel da mão na produção tornou-se mais modesto e o lugar que preenchia no ato de narrar ficou vazio” (BENJAMIN, 1983, p. 74). O *locus* do sujeito enunciado (o narrador) fundiu-se com o da enunciação (o autor).

O sujeito do enunciado é um sujeito criado dentro do enunciado, parte integrante de sua lógica e seus processos, e que é reconhecível no mesmo nível dos sujeitos dentro da narrativa. O sujeito da enunciação é o sujeito do ato de enunciar, é quem produz a narrativa. É o autor. Aquele é o sujeito agente dentro da narrativa, se fazendo personagem. É ele quem se reporta ao leitor. É essa figura que permite a elaboração de *estórias*, de narrativas plurais e diversas. Fugindo a esses moldes, não havendo mediação por um sujeito do enunciado, ilustramos claramente o texto autoritário, burocrático, em que não vislumbramos nada mais que um processo de transferência vertical de informação.

No jornalismo, inserido na experiência comunicativa atual, o esfacelamento das narrativas acontece de maneira mais pungente. A narrativa quando restrita à função de somente informar, pouco contribui para a construção de “verdadeiras” narrativas. Resende fala que

envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como operadores, o discurso jornalístico tradicional – aquele que é epistemologicamente reconhecido – dispõe de escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano. Há, sim, manuais de redação que ditam as normas sobre as quais se deve fundar a narrativa jornalística. E, desse modo, além de legitimar as regras que visam à produção do efeito de verdade, a existência de tais manuais propicia aos jornalistas uma aparente neutralidade (RESENDE, 2006, p. 169).

Ao fazer uso da linguagem referencial, o jornalista torna sua prática enunciativa limitada. O ápice do ordenamento da enunciação dos fatos ocorre por meio da pirâmide invertida, utilizando o *lead*. Tal dispositivo conduz – o verbo *to lead* significa guiar – à abertura da notícia, apresentando as informações preliminares sobre um acontecimento. Ao responder a seis perguntas iniciais, que se organizam para saber *quem fez o quê, quando, onde, como e porquê*, o *lead* coloca-se como proposição completa, induzindo o receptor a saciar-se apenas com a conjugação de sujeito, verbo, complemento do verbo,



mais as circunstâncias de tempo, lugar. O modo, instrumento, causa e consequência, que são o *como* e o *porquê* da estrutura, estão diluídos nos outros parágrafos dos *registros*.

O *lead*, além de padronizar as rotinas de produção de notícias, o que pode ser considerado instrumento eficiente para o jornalista, sobretudo quando este argumenta a necessidade de produzir como uma máquina, ou seja, contra o tempo e em série, interfere diretamente na recepção do fato pelo público. A exacerbação de tal estilo modifica o interesse da apropriação do conhecimento, que também é atinente às narrativas jornalísticas, transformando-o em algo superficial, encorajando o leitor/ouvinte/ espectador somente à leitura parcial dos acontecimentos. Distante do relato de *estórias*, orientado de maneira específica, apresentando relações de causa e efeito numa progressão lógica, este, contado apenas pelo *lead*, age como substrato contrário ao acúmulo de experiências, dissolvendo a importância histórica e social dos acontecimentos.

Isso, contudo, não significa dizer que algumas notícias não sejam comunicadas quando em forma de *registro*. Ressalta-se, porém, a validade da formação de uma narratividade, de um tecido narrativo, pois se acredita que as notícias *estórias* despertam mais interesse e atenção do que quando são descritas pelo formato tradicional.

Os jornalistas encontram-se incomodamente repartidos entre o que eles consideram dois ideais impossíveis – as exigências da *realidade*, que consideram alcançável através de estratégias objectivas, e as exigências da narratividade. Defrontam um paradoxo: quanto mais *objectivos* forem, mais ilegíveis se tornam, e quanto melhores contadores de *estórias* forem melhor resposta terão dos seus leitores, embora aqui os jornalistas tenham receio de trair os seus ideais (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 273).

O medo de trair os ideais de verdade diz respeito justamente a um dos legados da modernidade. A utilização de técnicas na redação de notícias, que operam de modo a organizar a informação, conforme padrões de clareza que pretendem causar efeito de veracidade, parte da perspectiva filosófica de que o encontro com a verdade se constituía como prática de enunciação divina. Tal fato situa-se na desvalorização do enunciado e na importância da enunciação. Resende explica que “quando se tinha certeza quanto ao locutor (Primeiro Locutor - Deus), a atenção se voltava para o ato de decodificar os Seus enunciados, os ‘mistérios’ do mundo”. No entanto, ao passo que as instituições políticas e religiosas da época se enfraqueceram, surgiram Outros. Dessa forma, a morte do Primeiro Locutor conduziu, impulsionou e obrigou o sujeito moderno



a ter novos locutores, abandonando a ideia da enunciação demiúrgica, até então único lugar legítimo para a fala.

Tais modificações, vale ressaltar, estão intimamente ligadas às transformações decorrentes da Revolução Industrial, as quais contribuíram para a segmentação da sociedade, permitindo a instauração, consolidação, de novas vozes. Uma nova ordem, validada pelas lógicas sociais, econômicas e/ou políticas, passa a legitimar o dizer dos novos locutores. Contudo, não se pode afirmar que o fim do Primeiro Locutor, ou seja, a eliminação da fala divina, significa o impedimento para o surgimento de outras divindades enunciativas. Outras verdades, proferidas por outros *quem*, ganharam espaço na nova sociedade. E o jornalismo, como tentativa de ser um relato da história em construção, legitimou-se como um lugar detentor de verdade.

Junto ao jornalismo, os *pequenos deuses portadores da verdade factual*, os jornalistas. Aqueles que conhecem a realidade tal qual ela é dão continuidade à ação demiúrgica. O coro unísono de meia dúzia de formadores de opinião pública, afinal nem todo jornalista recebe status de deus, alimenta “a ilusão de encontro com a verdade”. Não obstante, podemos dizer que o exercício da profissão vive sua modernidade, ficando claro que a problemática da enunciação não se resolve na voz de pequenos deuses.

Desse modo, o agir narrativo, quando burocratizado pelas amarras da objetividade, torna-se *limitado e limitador*. Ainda é *autoritário*, porque é possível perceber um sujeito que narra, mas que está em uma instância superior em se considerando o nível da construção da narrativa. Com efeito, nada mais além do apagamento daquele que fala pode se esperar desse modo de narrar.

A contrapartida apresenta-se no corpo de um narrador pós-moderno, o *narrador-jornalista*.

Em um texto habitado pelo *narrador-jornalista*, o seu criador é liberado da obrigação de revelar qualquer verdade que seja; é o narrador quem observa e conta a história, subtraindo-se da ação narrada (pressuposto máximo da narrativa jornalística), sem ter de enfrentar a empiria implícita ao mundo real (RESENDE, 2006, p. 178).



É possível, conforme afirma Resende, existir uma narrativa que permita o diálogo e a polifonia. A reconstrução dos acontecimentos discursivamente decorre da elaboração de um novo texto, que deverá conter marcas do jornalista, enquanto interlocutor e sujeito.

## Conclusão

À lógica monolítica dos enunciados jornalísticos apresenta-se uma *nova narrativa*, em que o texto é lugar para a re-significação ilimitada, tornando-se estímulo para outras formas de interpretar a vida. Essa *nova narrativa* consiste na ampliação do cotidiano imediato.

Na narrativa, que se configura como de *resistência* (RESENDE, 2004), o jornalista tem a oportunidade de ver, transmitir e rever os acontecimentos com outros possíveis olhares.

O que interessa, assim, é repensar a ordem do texto, vendo nele as possibilidades de articulações com outros lugares que estão inseridos no cotidiano que vivemos. A análise, nesse sentido, conduz ao lugar heterogêneo e plural em que, no hoje, apreendemos como constitutivo do espaço conflituoso em que as identidades se manifestam (RESENDE, 2002, p. 7).

Conforme sugerido por esse tipo de texto, que refuta a objetividade enquanto estratégia narrativa, o lugar para as diferenças e ambivalências é reflexo de uma postura pluralista. A naturalização do princípio da objetividade jornalística tem suprimido desdobramentos essenciais do enunciado. Ao se entender o caráter social das narrativas, como forma de representação coletiva, o jornalista reavalia o poder e a força das trocas simbólicas, e passa a reconhecer e assimilar a diversidade das experiências sociais.

Tal entendimento do fazer jornalismo reposiciona o sujeito como mediador social, anunciador da polifonia. É por meio da subjetividade e comunicabilidade do texto jornalístico que o narrador deve estar presente. Colocar-se à disposição para atender às necessidades dos sujeitos contemporâneos, a partir do compartilhamento de ponto de vistas, remete a uma prática jornalista voltada à emancipação do sujeito.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.



\_\_\_\_\_. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: ADORNO, Theodor. **Os pensadores: história das grandes idéias do mundo ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 57-74.

BIRD, Elizabeth de S. e DARDENNE, Robert W. Mito, registro e “estória”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. p. 263-277.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa In: BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p. 255-274.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. p. 224-250.

\_\_\_\_\_. **Codificação/decodificação**. IN: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MOLOTCH, Harvey L. e LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimento de rotina, acidentes e escândalos. In:

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Compós - CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**, dezembro, 2004. **Anais eletrônicos...** Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9>. Acesso em 18 Mai. 2008.

PINTO, Milton José. Introdução. In: BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.13.

RESENDE, Fernando. Ausências na comunicação social e no jornalismo: a lógica da rua. Programa de Bolsa do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra, janeiro, 2004. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/197/197.pdf> >. Acesso em: 13 set.2008.

\_\_\_\_\_. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva (Orgs.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**. Porto Alegre: Meridional, 2006.

\_\_\_\_\_. **“O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico”**. São Paulo: ECA/USP, 2002 (tese de doutoramento).

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. p. 34-51.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999. p. 258-262.